

PRÁTICAS ALIMENTARES, ECONOMIA E EPIDEMIAS: UMA VISÃO SINTÉTICA DE CABO VERDE ENTRE MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX

HELENA SANT'ANA & FERNANDO SERRA

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
CAPP- Centro de Administração e Políticas Públicas
hsantana@iscsp.utl.pt

Resumo

Através de um modelo sintético de natureza interdisciplinar procura-se retratar a situação conjuntural económica e nutricional de Cabo Verde entre o século XIX e a primeira década do século XX. Tendo em conta os efeitos conjugados de quatro vectores heurísticos, dois de natureza geográfica – a localização no globo terrestre e a instabilidade climática – e dois de natureza histórico-sociológica - a tensão entre duas economias irredutíveis e conflituantes e a estratificação social de modelo quase medievo –, ensaia-se um esquema compreensivo assente nas seguintes asserções-chave: (1) A localização geoestratégica destas Ilhas transformou-as numa plataforma de armazenamento logístico de víveres e de produção económica de apoio em etapas historicamente precoces do sistema capitalista mundial (no apoio ao tráfico de escravos); (2) Esta função de apoio supôs a concomitante sedimentação de uma estrutura social hierárquica e senhorial, enquadrada por uma estrutura político-administrativa colonial; (3) O povoamento foi sendo garantido por práticas agrícolas de subsistência, fortemente sujeitas a arbitrariedades climáticas e a fragilidades ecológicas e indutoras de práticas alimentares genericamente deficitárias do ponto de vista nutricional.

Estas asserções traduzem, no seu conjunto, quatro dinâmicas históricas de longa duração, configurando um cenário estrutural global e incidindo todas, no período considerado, num dado ponto focal. (i) A dinâmica económico-produtiva de exploração capitalista, com função de apoio à economia-mundo em crescimento, marcou a origem histórica do povoamento de Cabo Verde pelas lógicas da opressão, da desumanização e da descontextualização cultural e identitária dos sujeitos; (ii) a dinâmica político-administrativa de vigilância e governabilidade, com funções de apoio à manutenção da estrutura colonial, pautou-se por práticas arbitrárias de exercício do poder e de ausência de racionalidade na gestão das epidemias e fomes; (iii) a dinâmica simbólico-cultural das biografias e vivências quotidianas, variando consoante a posição dos sujeitos na estrutura social, caracterizou-se no geral por uma forte dependência da lógica colonial, por um fechamento radical de horizontes e pela subsistência difícil (iv) a dinâmica físico-disposicional traduziu, em última análise e em fim de linha, a confluência das dinâmicas anteriores sob a forma genérica de saúde frágil, riscos severos de falha imunológica e morte prematura.

O cenário histórico estrutural pode ser por conseguinte designado como de colonização sistémica insular e fragilização ecológica da vida humana. O ponto focal é aqui representado pelas práticas alimentares como instância antropológica de cruzamento do material e do simbólico; do histórico e do pessoal, do estrutural e do agencial.

Palavras Chave: Alimentação, epidemiologia, ecossistema, dinâmicas históricas, dominação, colonialismo

*

INTRODUÇÃO

A situação económica e nutricional de Cabo Verde entre o século XIX e a primeira década do século XX pode ser analisada através de um modelo sintético, de natureza interdisciplinar, tendo em conta os efeitos conjugados de quatro vectores heurísticos: dois de natureza geográfica – a localização no globo terrestre e a instabilidade climática; e dois de natureza histórico-sociológica - a tensão entre duas economias irredutíveis e conflituantes e a estratificação social de modelo quase medievo. Neste sentido procura-se ensaiar um esquema compreensivo assente nas seguintes asserções: (1) a localização geoestratégica destas ilhas

transformou-as numa plataforma de armazenamento logístico de víveres e de produção económica de apoio em etapas historicamente precoces do sistema capitalista mundial (no apoio ao tráfico de escravos); (2) Esta função de apoio supôs a concomitante sedimentação de uma estrutura social hierárquica e senhorial, enquadrada por uma estrutura político-administrativa colonial; (3) O povoamento foi sendo garantido por práticas agrícolas de subsistência, fortemente sujeitas a arbitrariedades climáticas e a fragilidades ecológicas e indutoras de práticas alimentares genericamente deficitárias do ponto de vista nutricional.

A NATUREZA GEOGRÁFICA, A ECONOMIA E A INSTABILIDADE CLIMÁTICA DO ARQUIPÉLAGO

Um dos problemas que emerge logo à partida e que impede uma completa visão historiográfica das práticas alimentares do arquipélago de Cabo Verde no século XIX deriva da escassa informação documental acerca das relações sociais e de produção que aí se desenvolviam. Apesar de António Carreira fazer algumas referências à vida social e familiar dos Cabo-verdianos, não nos lega uma análise exaustiva dos comportamentos sociais, nem dos padrões culturais que poderiam fazer luz sobre as recorrentes “crises alimentares” e epidemias, tão comuns neste arquipélago. Por outro lado, a documentação existente provém na sua maioria da elite administrativa - governadores, administradores de concelho ou oficiais, circunstância que nos impede o contraste de perspetivas.

Cabo Verde encontrava-se no século XIX numa importante posição geoestratégica uma vez que era um dos maiores pontos de escala dos navios que faziam as rotas de África e da América do Sul. O tráfico junto dos rios da Guiné também era considerável e beneficiava tanto crioulos como comerciantes islâmicos provindos do interior do continente africano. O comércio externo assentava nos produtos de cultura local: na urzela (que por aquela altura já se encontrava em decadência devido à introdução da tinturaria química na indústria têxtil), no gado vivo e curtimentos, na cana-de-açúcar, aguardente, alguns têxteis e purgueira. Contudo o motor da economia ainda assentava na mão-de-obra escrava que trabalhava nas plantações e no tráfico negreiro que embora condenado internacionalmente era tacitamente mantido. Em suma, na economia das ilhas fazia-se sobretudo sentir o peso de um sistema colonial de tipo senhorial concretizado numa economia agro-mercantil que beneficiava acima de tudo a Coroa e os seus agentes e que assentava na utilização de mão-de-obra escrava servil.

Por outro lado, em Cabo Verde as práticas humanas sempre tiveram no clima um forte efeito de constrição. Um clima semiárido e, nalgumas ilhas mesmo acentuadamente árido, resultante da acção dos ventos que ali formam uma frente inter-tropical (ventos alisados de Sudoeste, os de Nordeste e o harmatão com origem a Este) traduz-se em pluviosidade instável, com períodos mais ou menos longos de seca.

Sob o efeito destas características climáticas Cabo Verde apresenta duas regiões agrícolas bastante distintas: de um lado um regime fundiário caracterizado pela grande propriedade, de que eram exemplo Santiago e

Fogo, e, de outro lado, uma região onde predominava a pequena propriedade, com maior incidência nas ilhas Brava, Santo Antão e Boa Vista, locais onde se praticava uma agricultura de subsistência. O espaço produtivo das regiões económicas nunca coincidiu com as coordenadas Sotavento/Barlavento, uma vez que em ambas existem propriedades ligadas à agropecuária intensiva e extensiva, dependendo acima de tudo da extensão e propriedades geológicas dos solos. Pode no entanto afirmar-se que Cabo-Verde do século XIX consistia numa colónia agrícola composta por dois tipos distintos de culturas agrícolas: as endoculturas e as exoculturas. As primeiras, praticadas pela população local para efeitos de subsistência, marcavam o quotidiano ilhéu e abasteciam os mercados internos. As segundas, tal como a sua designação supõe, destinavam-se ao mercado internacional e eram constituídas na maioria dos casos por plantações.

Por conseguinte, as comunidades humanas produziam apenas de acordo com as suas necessidades alimentares anuais, até porque de acordo com algumas descrições da economia local efetuadas pelo Governador Bandão de Melo, em 1890, as grandes propriedades estavam na sua maioria arrendadas em pequenas parcelas, como contrapartida de uma quantia fixa ou como resultado da divisão da produção. Isto num quadro administrativo colonial pesadamente burocrático tornando na prática muito difícil a concessão de pedidos de apoio ao desenvolvimento agrícola, como descreve, José Guedes Brandão de Mello no seu relatório de 1890: “Em geral são tantas as dificuldades à concessão de quaisquer pedidos, que os pretendentes cansam e desanimam gastando o tempo e dinheiro que podiam empregar no desenvolvimento da indústria ou fertilização do terreno, que pretendiam melhorar” (Mello, 1891:33).

Em Cabo Verde, o milho é por excelência o símbolo da prosperidade e da abundância. Devido à sua elevada importância ainda hoje é considerado um produto de prestígio para quem o possui em quantidade. Este cereal tornou-se de tal modo a base energética de grande número de populações africanas, que levou José Mendes Ferrão a anunciar uma verdadeira “revolução” por ele provocada na economia agrícola das zonas temperadas e de algumas regiões tropicais. “O milho veio a produzir profundas mudanças nos hábitos alimentares dos povos, sendo uma espécie que se adapta a climas diferentes e a condições ecológicas relativamente difíceis. Na realidade o milho veio a ter maior impacto no mundo que o caminho das especiarias...” (Ferrão, 1992: 37).

Devido às condições do clima e à falta de celeiros construídos com solidez e condições adequadas, o milho ali produzido não se conservava por muito tempo depois de colhido pelo que nunca se estimulou a redistribuição interna entre as diversas ilhas do arquipélago. O milho excedentário era assim enviado para Portugal a fim de ser conservado e, em caso de necessidade ou carência, ser de novo transportado para o local de origem. Das endoculturas destacavam-se por ordem decrescente de importância as seguintes: milho

(em grão e em farinha), feijão de várias qualidades, mandioca, batata-doce, abóbora, carne de cabra, porco e galinha.

Devido à inexistência de informação, para o período em análise, relativa aos valores concretos do consumo de produtos alimentares associados às endoculturas não nos é possível elaborar uma adequada tabela de nutrientes. No milho, por exemplo, o valor biológico dos seus nutrientes modifica-se consoante a forma como é preparado - em grão, farinha grosseira obtida por pilão ou farinha fina. Este cereal é, no entanto, insuficiente para cobrir as necessidades básicas do organismo. É deficiente em aminoácidos, pobre em cálcio e em vitamina PP. Esta característica provoca a quem se alimenta quase em exclusivo do milho, uma doença chamada pelagra, manifestada intensamente em períodos de seca. Sabe-se que o Cabo-verdiano de condição modesta consumia pouquíssima carne, salvo em ocasiões festivas, pois era o feijão o seu substituto¹. As várias qualidades de feijão são ricas em proteína vegetal, contendo lisina e aminoácidos, para além do ferro, cálcio, fósforo e sais minerais. Mas o organismo humano necessita outros nutrientes energéticos. A cabra, tão bem adaptada ao ambiente semi-árido de algumas ilhas, foi sempre o principal fornecedor de cálcio e de vitaminas A, B, e DE. A associação da farinha de milho e do leite na confecção de um dos pratos típicos dados às crianças não foi mais que uma sábia estratégia, ainda que inconsciente, para evitar síndromas carenciais de atraso do crescimento, raquitismo e cáries dentárias. Não obstante as estratégias desenvolvidas a muito custo para se obterem nutrientes proteicos os cabo-verdianos ficariam marcados por carências nutritivas diversas devidas, entre outros fatores, à crónica deficiência de ferro. Os alimentos mais ricos em ferro são o fígado, os ovos, a carne e alguns vegetais verdes, precisamente aqueles que a população raramente consumia. O peixe apenas constituía alimento para as populações da orla marítima, não chegando a penetrar mais do que escassos quilómetros para o interior. Os ovos, embora existissem, serviam de moeda de troca para a compra de milho, feijão, gorduras, vestuário, e outros produtos cujas produções eram muito exíguas. Os animais seguiam o mesmo caminho. O camponês criava por vezes grandes quantidades de cabras e ovelhas. Poderia ter galinhas e porcos, mas só em último caso comia a sua carne. Esta destinava-se ao abastecimento dos navios que ali aportavam e portanto para o mercado externo.

É a partir de meados do século XIX, durante o período da Regeneração, o Conselho Ultramarino, reativado em 1851, passa a conduzir toda a política colonial visando a recuperação da prosperidade atribuída ao anterior Império luso-brasileiro. São assim criadas novas plantações, aproveitando terrenos antes improdutivos ou de policultura. Intensifica-se a exploração mineira e cedem-se terrenos estatais a particulares para fomentar a chamada “grande cultura”, ou seja, a monocultura de produtos produzidos em

¹ Em contrapartida, a classe dirigente, os reinóis e os grandes comerciantes portugueses e estrangeiros comiam regularmente carne, legumes e fruta. Preferiam o trigo como cereal principal. O consumo de carne aumentava na proporção direta do estatuto social do indivíduo.

elevada escala destinados ao mercado metropolitano. orém, como vimos, os obstáculos ao desenvolvimento económico do arquipélago eram mais profundos porque assentavam em fatores estruturais que dependiam tanto das condições geomorfológicas do arquipélago como das formas e práticas de cultura local. A cana sacarina foi uma das primeiras plantas a ser introduzidas em Cabo verde, logo após a sua descoberta. As refinarias transformavam de facto a cana em açúcar para uso nacional, produto considerado mesmo de razoável qualidade no entender de alguns agrónomos. Porém, o seu processo de fabrico, bem como as quantidades produzidas, não almejavam competir com as produções estrangeiras no mercado internacional. A cana destinava-se igualmente ao fabrico de uma espécie de melaço vendido no mercado interno como um subproduto. A aguardente daí resultante era também utilizada em larga escala para o comércio nos “rios da Guiné”, a troca de escravos que colonizavam as ilhas desertas, vindo alguns destes a trabalhar mais tarde nas plantações já em fase de desenvolvimento no Brasil.

A verdade é que em termos ecológicos, estas ilhas nunca revelaram condições propícias para este tipo de cultura agrícola, já que exige espaço e terreno adequados para obter rentabilidade económica. Acresce que a orografia do arquipélago não se revelava também favorável ao aumento das áreas cultivadas. Na opinião de António Carreira (1981: 21) “... as circunstâncias da cana haver medrado bem de começo deve-se ao bom teor de substâncias orgânicas depositadas durante séculos nos solos, de origem vulcânica, e à regularidade das chuvas de então. Com o cultivo ao longo dos anos, a fertilidade do solo foi diminuindo até atingir acentuada erosão, sobretudo em consequência da lenta queda da pluviosidade e das marcadas e prolongadas estiagens.”

A lenta degradação dos solos influenciou o clima e acabaria por determinar a redução da área de cultivo de cana, passando esta paulatina mas irreversivelmente a constituir-se como uma endocultura. Nos relatórios de 1881/1882 e 1890/1891, dava-se assim conta do que se estava a perder: “O açúcar que até há cerca de dois anos podia facilmente exportar-se, imprimia no comércio uma vida toda de atividade” (Vasconcellos, 1883:8). Cerca de dez anos depois, o Governador de Cabo Verde reforçava o diagnóstico “A plantação de cana-de-açúcar teve ultimamente grande desenvolvimento nas ilhas (...) mas o aumento dos direitos do açúcar no reino veio desanimar esta indústria...”. Infelizmente o fabrico do açúcar derivou-se para o da aguardente, que é aqui consumida em grande escala” (Vasconcellos, 1883:34).

De uma conjuntura em que “todo o açúcar achava colocação” passava-se para uma situação onde “os cofres da metrópole deixavam perceber o que da entrada do género lhes provinha; os da Província viram desaparecer quase totalmente das suas receitas o produto da exportação daquele género.” (Vasconcellos, 1883:9). O café foi introduzido em Cabo Verde por António Leite, em 1790. A sua cultura iniciou-se na ilha de S. Nicolau e poucos anos depois passou a ser semeado na ilha de Santiago, por Joaquim José Pereira que

importara as sementes das Antilhas. As condições ecológicas de Santo Antão e da ilha do Fogo mostraram-se mais propícias para uma plantação rentável e a partir de 1840 a sua exportação foi aumentando até atingir, entre 1898 e 1910, um volume muito razoável. O cafezeiro cultivava-se nas regiões afastadas da costa e nas zonas de montanha, para beneficiar da humidade atmosférica que aí se fazia sentir. No entanto, desde o final do século XIX até cerca de meados dos anos de 1920 do século passado, esta planta não era cultivada segundo orientações agronómicas. Os agricultores não faziam adubagens, nem alinhamentos, muito menos podas. De uma maneira geral também não eram produzidos viveiros. O agrónomo Henrique D'arpoare refere a propósito numa comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa: “Estranhei ver que este precioso arbusto não se plante aqui em linha e arruamento, mas que até se deixe crescer a toda a altura que quiser atingir, sem ser dirigido, nem cortadas as guias, como se pratica nas colónias estrangeiras que tenho visitado...” (D'arpoare, 1882: 363).

Embora não fosse um bem alimentar, a purgueira era um produto de cultivo em que o Governo apostava fortemente, sendo considerado como uma das principais fontes de riqueza da Província: “têm os agricultores a certeza da venda segura de toda a semente que possam colher, e que é procurada com avidez; tem o comercio a experiência a demonstrar-lhe que nenhum produto lhe garante tão fácil colocação, quer em Portugal quer nos mercados de França, como aquela semente oleosa...” (Vasconcellos, 1883: 36).

Esta planta exigia poucos esforços para o seu cultivo e manutenção, dado que era espontânea no arquipélago. Em 1882 era considerada como o produto de maior importância no comércio externo das ilhas, “pois no meio da aridez do terreno basáltico produz ainda melhor que nos mais férteis da América” (D'arpoare, Henrique, 1882:363). O azeite de purgueira foi mesmo um género de uso imprescindível para a iluminação das habitações. Não é possível precisar com segurança quando começou a ser usado. Carreira julga que essa utilização remontaria ao século XVIII e a sua função manter-se-ia até à década de 1950 do século XX, sobretudo nos grupos sociais mais pobres e do interior das ilhas. O anil silvestre e o algodão herbáceo eram outras plantas que surgiam espontaneamente nos terrenos, tendo o seu cultivo sido a dada altura abandonado, pois os custos de produção eram tão elevados que o produto da sua venda não chegava para pagar o respetivo transporte. A cultura do anil passaria a ser feita nas planícies irrigadas do Ganges, tornando-se uma das plantações mais rentáveis da Índia.

Assim, para além da agricultura de subsistência da qual viviam a maior parte dos habitantes do meio rural, as actividades transformadoras resumiam-se à exploração de sal nas ilhas salineiras, à fabricação de aguardente e açúcar, aos curtumes e pesca.

Na ilha de S. Vicente a indústria limitava-se à pesca, embora a salga não fosse uma actividade voltada para o mercado externo. “Salga-se pouco peixe e esse pouco ou se consome na ilha, ou vai para a vizinha Santo

Antão, onde sempre encontra bom preço e consumo. Não tem porém até ao presente sido incentivo aos salgadores, continuando a pescar-se apenas o peixe preciso para o gasto diário. Isso quando se pesca!” (D’arpoare, 1882:363). As pescas chegaram a ser incentivadas em 1854, durante a grande crise alimentar que ocorreu nesse período, mas apenas em 1860 foi nomeada uma comissão encarregada de dirigir o ensaio da pesca nos mares do arquipélago e de apresentar um projecto de medidas a adoptar. A comissão foi nomeada no momento em que chegaram àqueles portos, mestres pescadores munidos quer de redes e quer de aparelhos comprados em Lisboa. No entanto, constatou-se não existirem barcos apropriados para o serviço. Foram por isso fretadas duas lanchas para ensaiar separadamente os dois sistemas mas o resultado foi insignificante, tendo-se perdido inclusive alguns dos aparelhos (devido ao fundo marinho muito rochoso e à existência de tubarões). A pesca com rede obteve apesar de tudo melhores resultados, pelo que a comissão se pronunciou favoravelmente por esse método. Comprou três faluchos e dois botes e adquiriram todo o material e instalações capazes de fornecer os barcos e preparar a venda e salga do peixe. Pelo que se sabe, para promover as pescas no Arquipélago, a comissão não regateava esforços, procurando por todos os meios interessar os pescadores em metade do produto da pesca dos barcos que tripulavam, reduzindo-lhe o jornal ou chegando mesmo a suprimi-lo quando se constatava ser desnecessário (B.O. de C.V. nº 17 , 1860: 341). Os portos deveriam ser percorridos, indo as embarcações para as ilhas da Boavista, Sal, Maio e mesmo para outras paragens onde se adivinhavam melhores recursos marinhos. Os mercados brasileiros chegaram a estar na mira da comissão, que previa na exportação de pescado uma boa fonte de rendimento para a Província. Porém, quer a arte pesqueira, quer o consumo de peixe não se encontrava verdadeiramente entranhado na cultura popular, pelo que a comissão se viu na contingência de ponderar a forma de “espalhar o gosto e o costume das pescarias entre numerosos indivíduos apropriados a este mister, os quais ali encontrariam uma subsistência certa e um lucro provável “(B.O. de C.V. nº 17 , 1860: 341).

A indústria do sal também foi protegida por Carta de Lei, a 10 de Agosto de 1860. Esta isentava por dez anos o imposto de importação de máquinas para o fabrico de sal nas ilhas do Sal, Maio, Boavista, e S. Vicente, assim como o que deveria ser atribuído à importação de carros e demais materiais para a construção e serviço dos caminhos-de-ferro que transportavam esse produto nas ilhas do Sal e Maio.

Não será, no entanto, nesta década que Cabo Verde verá as suas indústrias visivelmente favorecidas, apesar de terem sido tomadas algumas medidas, em especial quanto às pescas, e de terem sido escritas inúmeras recomendações e memórias. Os recursos existiam, mas a sua exploração ficava muito aquém das suas reais potencialidades. Apesar da visão de alguns estadistas, que perspetivavam como promissora a depuração do anil, a plantação de cana-de-açúcar, a depuração de azeite de purgueira e de mancarra, não existiam técnicos nas ilhas capazes de colocar em prática as mencionadas indústrias. Até então, nenhum particular ou

empresa mandara instalar as suas oficinas, e a Província teria de esperar até à primeira metade do século XX, para assistir, ainda que timidamente, à emergência da iniciativa industrial.

Por outro lado, o espírito associativo nunca se havia desenvolvido e o dinheiro apenas se encontrava a juros elevadíssimos. Semelhantes condições limitavam de forma permanente a introdução nas ilhas de modernos engenhos de ferro e a vapor, estes apenas ao alcance do grande capital privado. António José do Sacramento Monteiro, agrónomo que viveu em Cabo Verde refere explicitamente a rarefação de conhecimentos agronómicos entre os que se dedicavam à grande cultura (Monteiro, 1907: 21-23). Em 1904 a situação tão pouco havia melhorado. Não existia qualquer instituição bancária rural ou congénere que pudesse emprestar dinheiro a juros comportáveis, permitindo ao proprietário iniciar a modernização dos processos agrícolas. Ora, nestas circunstâncias, o seu espírito empreendedor inibia-se face ao receio de se ver comprometido o capital empregado. Acresce que os arrendamentos eram anuais ou de curto prazo, não favorecendo ao agricultor empreendimentos agrícolas mais avultados. Os rendeiros, sem segurança futura de conservação do arrendamento, limitavam-se a semear as plantas que lhes forneciam os géneros alimentares de primeira necessidade, perpetuando assim a agricultura de subsistência. Por conseguinte, a população local dependia de uma alimentação parca e monótona, composta especialmente de alimentos de origem vegetal (como veremos mais adiante). As espécies cultivadas apresentavam a vantagem de não exigirem cuidados particulares, nem a sua cultura despendere demasiados recursos, estando neste caso perfeitamente adaptadas às condições ecológicas e ao sistema económico local. Em suma, conquanto o modelo de expansão colonial assentasse na rentabilidade agrícola da colónia, as condições ecológicas particulares do arquipélago tornavam-no impróprio para plantações em larga escala, pois o processo de erosão dos solos originava secas cada vez mais persistentes e mais frequentes, causando crises alimentares e em consequência surtos epidémicos de várias origens. No entanto, sublinhe-se que as crises também se instalaram por via de um outro tipo de catástrofes naturais: as tempestades, que não raras vezes se abatiam sobre os territórios destruindo culturas agrícolas, matando os gados e arruinando as habitações. Calamidades que provocavam no espaço de algumas horas a derrocada de gerações de esforços humanos, ao ponto de ser colocada em causa toda a manutenção da vida habitual das populações residentes.

O DUALISMO ECONÓMICO, A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E A PROBLEMÁTICA ALIMENTAR

Devido ao impacte da expansão europeia gerou-se um caso de economia dual, facto comum nos países coloniais. De um lado, vemos um grupo que detém o poder político e económico, manifestando ideias de desenvolvimento e progresso características da época histórica considerada. Uma economia organizada em torno da visão capitalista do máximo lucro voltada para o comércio internacional. Do outro lado, assistimos à inércia de uma economia arcaica, funcionando dentro das normas pré-capitalistas de produção. A

conjugação dos dois tipos de sistemas económicos resultou numa deformação do desenvolvimento natural dos modos de vida indígenas, cuja tensão era geradora de estagnação e desconfiança face à novidade. Em estrita relação com as economias conflitantes encontrava-se uma estratificação que traduzia profundas desigualdades quer de estatuto social quer de recursos económicos. Como seria de esperar, correspondendo a cada tipo de propriedade fundiária eram observados diferentes hábitos alimentares. Os donos das grandes explorações, antigos morgados, mantinham práticas alimentares marcadas pela distinção, próprias de um estrato social elevado. A maioria dos recursos alimentares provinha de importação, da metrópole ou de outros países, possibilitando-lhes manter as tradições gastronómicas da cozinha portuguesa de origem, na medida em que o significado simbólico dos alimentos comportava a identificação com o grupo de pertença. Os reinóis mantinham fielmente o consumo de produtos produzidos na metrópole, com base na dieta mediterrânica – bacalhau, carnes fumadas e salgadas, queijos, vinho, pão – bem patente nos mapas das importações para o arquipélago.

Em contrapartida, existe pouca informação no que diz respeito ao quotidiano alimentar da arraia-miúda, embora se depreenda que, pelos produtos vulgarmente produzidos, assentasse predominantemente no milho, em vários tipos de feijão, fava, banana verde, abóbora, alguns legumes, e integrando, quando se tratava de dias de festa, alguma carne (porco, galinha, carneiro). Contudo, as endoculturas resultavam insuficientes para a manutenção das necessidades básicas do organismo humano. O milho, principal cereal desta cultura, é insuficiente em aminoácidos, pobre em cálcio e em vitamina pp. Esta característica originava frequentemente pelagra, que se manifestava em especial os períodos de carência alimentar. A maior compensação era fornecida pelas variedades de feijão, alimento rico em proteína vegetal, contendo lisina e aminoácidos – estes quase inexistentes no milho –, ferro, cálcio, fósforo e sais minerais. No entanto era a proteína animal fornecida pela cabra o principal fornecedor de cálcio, vitamina A, B e D. No entanto, apesar da sua criação abundante, o gado era um produto de consumo bastante modesto. A nutrição do povo dependia de alimentos de origem vegetal, sendo a carne um recurso de troca para obtenção de moeda. O gado servia sobretudo para exportação, vendido aos navios que atracavam nos portos para abastecimento. Apenas a cabra tinha duplo consumo, interno e externo. Os equinos e asininos não eram consumidos como alimentos senão em épocas de grande carência pois serviam como meios de transporte e de carga, como nos diz o relatório de 1898 “ não sendo costume ferra-los para poderem passar, sem reparo por caminhos difficílimos de transpor mesmo para a gente a pé” (Lacerda, 1898: 34).

A causa da aridez das ilhas não parece depender apenas da baixa pluviosidade característica daquela latitude. A influência da pastorícia (em especial o gado caprino) e a utilização de lenha como combustível doméstico em preparações culinárias, que exigem entre 6 a 8 horas de cozedura, terão contribuído de forma

irreversível para a diminuição do manto vegetal do arquipélago. Manto esse dificilmente reposto já que tudo leva a crer que as inúmeras tentativas de arborização acabaram por falhar. A escassez de combustível tem determinado de modo concreto o tipo de alimentação de muitos povos do mundo. Parece à primeira vista estranho o comportamento dos Cabo-verdianos quanto à manutenção de hábitos alimentares que exigem elevado consumo de lenha como fonte energética numa região onde as árvores não abundavam. Porém, se tivermos em conta a situação histórica deste País, compreende-se que o modo de alimentação aí praticado foi acima de tudo resultante de práticas de imposição. Para alimentar tão grande número de escravos escolheu-se um cereal, o milho, o qual, para além de já ser utilizado no continente africano (ainda que fossem de outras espécies), florescia com aparente facilidade naqueles microclimas. A introdução de feijões, favas, mandioca, inhame e bananeiras vieram complementar a dieta dos escravos. Inicialmente, os benefícios superaram os custos sobre o ambiente. Ninguém pensava nisso. Só muito mais tarde, em particular a partir do século XVIII, Governadores, pessoal da administração central e naturalistas viriam a debruçar-se com preocupação sobre a questão energética. Mas a verdade é que as produções agrícolas e os comportamentos alimentares correspondentes estavam já enraizados na cultura popular.

A imposição histórica de um regime alimentar baseado no milho e no feijão pode ter criado um universo artificial em relação aos povos do continente africano e europeu. Sabe-se que as estratégias adaptativas face ao meio levam centenas e mesmo milhares de anos a serem implementadas numa cultura. Ora neste caso o processo histórico revela o papel determinante dos interesses económicos sobre a degradação do meio ambiente via práticas alimentares ².

Apesar da significativa criação de gado em todo o arquipélago, o seu consumo efetivo pelos habitantes era bastante modesto. A nutrição do Cabo-verdiano dependia mais dos alimentos de origem vegetal, uma vez que a carne servia sobretudo para obtenção do dinheiro necessário para adquirir bens não produzidos em quantidade suficiente.

A cabra é um animal muito bem adaptado ao ambiente de Cabo Verde não obstante a devastação que produz naqueles tipos de vegetação. Pastando livremente nos terrenos comuns procura o alimento em lugares por vezes inacessíveis ao homem. Fornecia ao seu dono proteína animal proveniente do leite e da carne - muitas vezes a única fonte deste tipo de proteína – consistindo ainda num lucrativo produto comercial, quer fornecendo carne fresca para os navios, quer através da venda de peles curtidas, um dos produtos de maior exportação.

² Os escravos enviados para Cabo Verde eram oriundos de um meio ecológico de tipo continental com terrenos planos, arborizados e húmidos. Passaram nas ilhas a enfrentar um meio seco, desarborizado e acidentado. O resultado imediato desta transferência humana foi a sua inadaptação agrária para uma correta exploração do novo ambiente.

“O gado cabrum constitui o principal alimento de carne para a população indígena... A cabra é o animal mais numeroso em todas as ilhas, o seu leite misturado com milho, farinha de mandioca ou abóbora constitui um magnífico alimento, e da sua carne guisada com milho fazem cachupa, alimento mais usado em todas as ilhas. As peles exportam-se em grande quantidade, dando um bom lucro ao lavrador, e à província um rendimento avultado “ (Lacerda, 1898:34).

Por seu lado, o gado vacuum era exclusivamente criado para exportação, vendido para os navios que acostavam nos portos em busca de abastecimento. Por fim, os equinos e asininos não eram consumidos como alimentos senão em épocas de grande carência. Serviam como meio de transporte e de carga, não sendo costume ferra-los para poderem passar “sem reparo por caminhos difíceis de transpor mesmo para a gente a pé “ (Lacerda, 1898:34).

CRISES, EPIDEMIAS, E SUA RELAÇÃO COM O QUOTIDIANO ALIMENTAR

Pelo que atrás referimos, o quotidiano alimentar ilhéu equilibrava-se numa lógica de adaptação, de pendor fatalista, tendo em conta a sua grande sujeição às estruturas de dominação e às arbitrariedades climáticas. Por outro lado, a relativa indiferença às orientações preventivas de catástrofes alimentares agravava ainda mais a situação.

Segundo Carreira (1969) observa-se uma ausência de sincronismo nas crises . Por exemplo, de 1834 a 1864 não se registam problemas alimentares e, depois, até 1903 também não. No entanto, é possível que o investigador apenas tenha considerado como “crises” as grandes estiagens, porque se verificaram outras situações problemáticas embora com consequências menos nefastas. Em geral, as crises atingem mais duramente o grupo de Sotavento que o de Barlavento. Segundo este estudioso “entre 1862 e 1867, morreram em Sotavento 26829 pessoas em consequência de crise alimentares associadas a surtos epidémicos, enquanto em Barlavento apenas pereceram 2669 pessoas; Tal como entre 1901 e 1905, respetivamente 10354 pessoas em Sotavento, para 1159 indivíduos em Barlavento.” (Carreira, 1969: 478).

Carreira afirma quanto a este último aspeto que “à primeira vista parece que elas [as crises alimentares] podem resultar de uma maior densidade demográfica, pois em alguns anos em plena crise ou a seguir a ela, surgiram epidemias, particularmente de cólera-morbus, em 1856. E os dados estatísticos não permitem referenciar as brechas feitas na população por esta grave epidemia (Carreira, 1969: 478). Para o caso da epidemia de cólera, o autor faz-lhe referência para o ano de 1856; porém, outras epidemias surgiram desde 1850, a par da precariedade produtiva que durante sete anos afetou todo o arquipélago. No entanto, esta crise, que é possível demarcar nos inícios do período da Regeneração, entre 1850 e 1857, atinge

principalmente o grupo de Barlavento, afetando parcelarmente algumas ilhas de Sotavento, estas arrastadas devido às práticas de entreaajuda alimentar.

A definição sintética de economia primitiva dada por Mary Douglas e Daryl Forde (in Pouillion, 1978: 213) parece adaptar-se ao caso particular da economia interna cabo-verdiana deste período. Esta caracterizava-se pelos seguintes fatores: um número restrito de produtos; ausência de especialização; carácter limitado da produção em quantidade e em diversidade; dificuldade de transporte; falta de meios de armazenagem. Por seu turno, os métodos agrícolas eram arcaicos e bastante ineficazes. O sector das pescas era praticamente inexistente, e o contrabando com os navios mercantes bastante aliciante para desviar as atenções dos proprietários das suas terras. A verdade é que, obtendo lucro fácil através do contrabando, a terra ficava negligenciada pelos seus donos que apenas retiravam dela o essencial para uma alimentação tradicional de características bastante frugais. Convém também não esquecer que alguns dos grandes comerciantes e proprietários obtinham vantagens com as crises de fome, especulando com os preços dos alimentos, como tantas vezes foi observado pela administração central. Um dos maiores problemas era que a base nutricional da população funcionava em moldes muito frágeis, demasiado propensos à falibilidade. Fatores diversos contribuíam para essa situação: a especificidade climática do arquipélago; a pobreza dos meios empregues na agricultura de subsistência; a inexistência de locais para armazenamento adequado dos produtos. Deste modo, cada ciclo agrícola traduzia-se para que o vivia num tempo de aguda expectativa, onde ao mínimo vislumbre de mau ano todo o sistema alimentar e económico se adivinhava falido. A iminência de uma seca mobilizava esforços humanos e materiais consideráveis, dando origem a ruturas nos cofres provinciais e quebra acentuada dos rendimentos individuais. Paralelamente, e como consequência, Cabo verde foi sempre um ponto geográfico fulcral no desenvolvimento de epidemias de tipo diverso, mercê dos contatos com passageiros infetados que viajavam nos navios e dos ventos que disseminavam os focos epidémicos das ilhas mais próximas.

Por outro lado, as construções acanhadas, cobertas de colmo muitas vezes apodrecido, albergando famílias numerosas, a acumulação de desperdícios nos pátios, nos quintais e em redor das casas favoreciam naturalmente a proliferação da mosca doméstica, contaminando as crianças que brincavam ao ar livre, seminuas. Uma vez que não havia qualquer tipo de saneamento básico os dejetos eram transportados até ao mar onde eram vazados, e o abastecimento de água, muito deficiente, favorecia a disseminação de infecções, especialmente do foro gastrointestinal. A este quadro associava-se uma nutrição quase exclusivamente feita de hidratos de carbono; pois, como vimos, a alimentação quotidiana da maioria da população fazia-se predominantemente a partir do milho e feijão, levando à carência constante de elementos essenciais, como as proteínas, gorduras, vitaminas e diversos sais minerais.

Diversos estudos antropológicos têm demonstrado que em sociedades de baixo rendimento, com tecnologias tradicionais e baixo poder de compra, as populações mais desprivilegiadas não têm possibilidades de melhorar as suas condições alimentares, sanitárias e de higiene pessoal, perpetuando assim situações de carência e de doença. Em Cabo Verde esta condição era ainda reforçada pela crença de que “excesso” de comida era pernicioso já que provocava muito esforço aos estômagos enfraquecidos, Tratava-se de uma racionalização da carência alimentar – incorporada mesmo no senso comum dos próprios médicos locais – que agravava ainda mais a má nutrição.

Na segunda metade do século XIX, entre a população mais carenciada, a medicina popular suplantava de longe a medicina científica, circunstância negativa no combate às doenças de carácter epidémico. As epidemias faziam perigar todo sistema social e económico do arquipélago, na medida em que quando as próprias autoridades ficavam doentes, as Comissões de Socorros e mesmo a Administração dos Concelhos ameaçava paralisar a sua atividade. Algumas ilhas eram mais afectadas que outras durante estes surtos epidémicos. Por exemplo, a população de S. Vicente dependia economicamente do trabalho de transporte do carvão para os navios, sendo na sua maioria proveniente de outras ilhas. Quando afectadas pela doença e pela debilidade física, as pessoas ficavam impossibilitadas para o trabalho, vendo-se sem meios de subsistência. A sua situação tornava-se dessa forma mais crítica que a dos habitantes das restantes ilhas de Barlavento. Contudo, a maior parte das doenças, que grassavam em Cabo Verde, eram de causas endémicas e não contagiosas. A sua existência, quase crónica, devia-se à quantidade de pântanos que proliferavam em todas as aldeias e vilas. “ Os indígenas são os mais atacados, e é onde as febres têm feito o estrago; contudo até hoje europeu algum morreu ” (Barcellos, 1912: 246). O que nos parece mal esclarecido (porque os documentos oficiais não o referem e os textos escritos sobre o assunto não o explicitam) é qual o tipo de doença se tratava. Nalguns casos é bem claro que se tratava de paludismo ou “febres miasmáticas intermitentes” tal como eram designadas. Mas noutros casos parece tratar-se de febre tifoide e, noutros ainda, de gastroenterites. O mais provável, em momentos de carência generalizada, é que se tratasse de todas estas ao mesmo tempo. Uma carta do Comando Militar da Ilha de S. Vicente, de 1 de Janeiro de 1852, refere a requisição de medicamentos feita pelo cirurgião de 2ª classe da Armada, José Marcos Rodrigues, em comissão naquela ilha no hospital provisório, para tratamento das febres que ali persistiam. Os medicamentos e as respectivas quantidades eram os seguintes: goma-arábica (4 libras); álcool de vinho (4 libras); sulfato de quinino (4 libras); láudano líquido (4 libras) e extrato amargo (4 onças).

O que é curioso é serem estes medicamentos os mesmos que, alguns dos curandeiros populares receitavam durante as grandes epidemias, e que serviam para curar quase todas as febres. “Não faltavam as infusões de tília e macela com láudamo-de-sydenham, os xaropes de goma-arábica, as fricções com mostarda... Resta

saber se os efeitos desta panóplia de especialidades da farmacopeia popular eram substancialmente diferentes dos remédios prescritos por autoridades médicas universitárias (...) cardo-santo, raiz de angélica, losna (absinto), cálamio-aromático, canela, macela, aloé-socotorino, cânfora, mirra, noz-moscada, açafraão e aguardente “ (Cascão,1993: 434).

NOTAS FINAIS

Existe uma relação sistémica entre a acção humana e o clima. No mundo insular de Cabo Verde, as idiossincrasias climáticas fizeram depender a vida humana das condições naturais, de modo quase atávico, forçando os sujeitos a estratégias adaptativas dramáticas. Ao longo de 400 anos o já de si frágil revestimento vegetal do arquipélago foi sendo lentamente destruído pelo homem, tanto para a satisfação das suas necessidades básicas de alimentação, como para satisfação do mercado externo. Por outro lado, a posição geo-estratégica das ilhas constituíram-nas como uma espécie de mercado abastecedor de géneros frescos para os navios que ali aportavam. A introdução de gado, deixado à solta para reprodução, teve em mente a formação de um armazém de proteína animal, fresca e em boas condições. No entanto, com o passar dos séculos este armazém de géneros vivos ajudaria a degradar o solo. No final do século XIX e no início do século XX faziam-se sentir os efeitos provocados pela degradação dos equilíbrios ecológicos, já de si muito instáveis.

Encontramos em todas as ilhas uma forte tendência para a manutenção de um regime de auto-subsistência onde a produção visava essencialmente a auto-subsistência. Nos anos de chuva regular produziam-se excedentes de milho que eram enviados sobretudo para o Reino. Nos maus anos agrícolas, o milho e o açúcar não atingiam quantidade suficiente para se poderem exportar. As restantes culturas alimentares não supriam as necessidades proteicas das populações. Ciclicamente, as secas esvaziavam os solos das suas produções, o stock animal reduzia-se por vezes a menos de 50% dos efectivos, o comércio contraía a sua atividade e a sobrevivência dos habitantes ficava posta em causa durante as fases entrópicas do sistema.

Observa-se, pois, neste período uma sociedade em tensão. As forças antagónicas de um progresso europeu chocavam-se com a placidez dos costumes enraizados. Os habitantes das ilhas, enquistados num mundo rural, viviam dos e para os seus terrenos de cultivo, ou trabalhavam como assalariados agrícolas. Em todo o caso, viviam voltados para dentro de si mesmos. Esta cultura vivencial enraizada podia traduzir-se pelo aforismo cabo-verdiano “o melhor Governador e o melhor Bispo de Cabo Verde são as chuvas”. Talvez nada consiga exprimir tão bem a extrema dependência face ao meio ambiente. O aparente desinteresse que manifestava a maioria da população pelos assuntos do “progresso liberal” talvez não fosse mais do que uma compreensão inconsciente ou tácita dos condicionalismos, constantes ao longo de séculos – “Para hoje há, amanhã Deus dará!” – assim se reproduziam os resultados de vivências históricas marcadas pelas estruturas

de dominação, pela dependência atávica ao ecossistema, pelas carências nutritivas básicas, pelas esperanças tantas vezes diluídas no horizonte azul do vasto oceano.

Formulemos então uma **síntese geral** evocando as três asserções adiantadas na Introdução, já que circunscrevem no essencial o problema aqui analisado. Recordemos que elas são mais esclarecedoras tendo em conta os quatro vetores heurísticos sugeridos, dois de natureza geográfica (localização no globo terrestre e instabilidade climática) e dois de natureza histórico-sociológica (a economia dual intrinsecamente contraditória e a estratificação social imobilista e senhorial) (Figura 1).

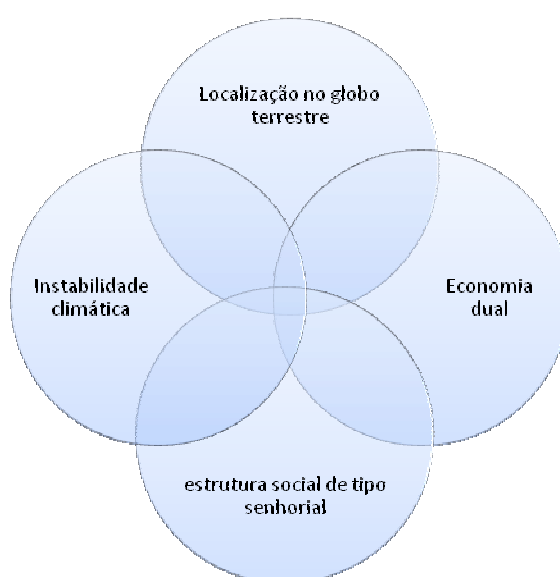


Figura 1 - Cabo Verde (meados do século XIX e inícios do século XX). Vetores heurísticos

No seu conjunto, facilitam por sua vez a compreensão das **quatro dinâmicas históricas de longa duração**, que configuraram um cenário estrutural global e incidindo todas, no período considerado, num dado ponto focal (figura 2).

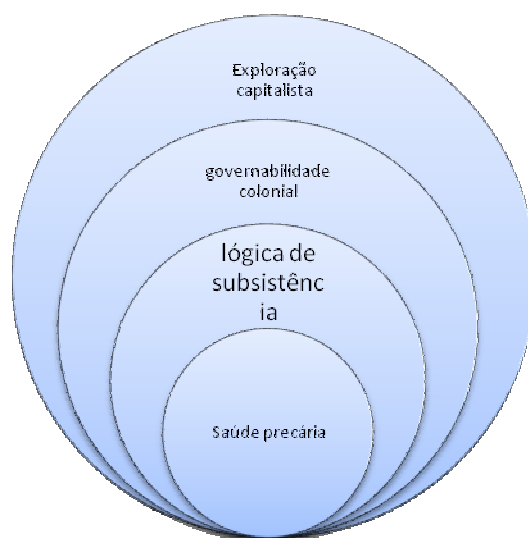


Figura. 2 - Cabo Verde (meados do século XIX e inícios do século XX). Colonização sistémica insular e fragilização ecológica da vida humana

Em primeiro lugar a dinâmica económico-produtiva de exploração capitalista, com função de apoio à economia-mundo em crescimento, marcou a origem histórica do povoamento de Cabo Verde pelas lógicas da opressão, da desumanização e da descontextualização cultural e identitária dos sujeitos; em segundo lugar, a dinâmica político-administrativa de vigilância e governabilidade, com funções de apoio à manutenção da estrutura colonial, pautou-se por práticas arbitrárias de exercício do poder e de ausência de racionalidade na gestão das epidemias e fomes; em terceiro lugar a dinâmica simbólico-cultural das biografias e vivências quotidianas, variando consoante a posição dos sujeitos na estrutura social, caracterizou-se no geral por uma forte dependência da lógica colonial, por um fechamento radical de horizontes e pela subsistência difícil; finalmente, em quarto lugar a dinâmica físico-disposicional traduziu, em última análise e em fim de linha, a confluência das dinâmicas anteriores sob a forma genérica de saúde frágil, riscos severos de falha imunológica e morte prematura. O cenário histórico estrutural pode ser por conseguinte designado como de colonização sistémica insular e fragilização ecológica da vida humana. O ponto focal é aqui representado pelas práticas alimentares como instância antropológica de cruzamento do material e do simbólico; do estrutural e do agencial; do histórico e do pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV. 1991. *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I, Lisboa: C.E.H.C.A., I.I.C.T.
- BARCELLOS, C. J.de S. 1912. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte VI, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa.
- BERGSTROUR, T.V. 1891). “ Reclamações Agrícolas “, Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa pelo presidente da comissão da agricultura da província de Cabo Verde, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 10ª série, nº 4-5, pp.

- BERGSTROUR, T.V. 1891a. “Crises alimentícias de Cabo Verde”, Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa pelo presidente da comissão da agricultura da província de Cabo Verde, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 10^a série, nº 1, pp.
- CAMPOS, E. de. 1945. “O desenvolvimento da riqueza do Arquipélago de Cabo Verde”, in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXI, nº 236, pp.
- CARREIRA, A. 1968. *Panaria Caboverdiano-Guineense*, Lisboa, J.I.U.
- 1969. “A evolução demográfica de Cabo Verde”, *Separata do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 94, Ano XXIV, pp.475-500.
- 1982. *Estudos de Economia Cabo-Verdiana*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- CASCÃO, R. 1993. “ Demografia e Sociedade ” , in Mattoso, José (Org.), *História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Circulo de Leitores , pp.425-439.
- CASTELO BRANCO, Fernando (1989) *A Expansão Portuguesa e a culinária*, Lisboa, ed. Petrolal.
- CHANTRE, M. de L. (1981) *111 receitas de Cozinha Africana* , Lisboa, Europa-América.
- CRUZ, J. A. da 1950. “Regime alimentício em Cabo Verde e seu valor biológico” in *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, nº7, pp.
- D’ARPOARE, H. de 1882. “ Exploração agronómica em Cabo Verde e Guiné ”, Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 3^a série, nº 1, Imprensa Nacional, pp.362-379.
- FERRÃO, J. E. M. 1992. *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, IICT
- FILHO, J. L. 1976. *Cabo Verde - Apontamentos Etnográficos*, Lisboa, (s/e).
- FONSECA, A. X. 1909. “Estado atual da agricultura Cabo-verdiana ” in *Portugal em África*, Ano XVI, nº 205, E.S.C., pp.
- MOTA, Avelino Teixeira da (1965) “As origens do milho «Zea mays» na África Ocidental ” in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. 37, Nova série, pp.
- MONTEIRO, A. J.(1907) “Contribuição para o estudo da cana sacarina” in *Revista Agronómica*, Vol. 5, nº 3, pp. 84-87
- POUILLON, F. 1978. *A Antropologia Económica*, Lisboa, Edições 70.
- SANTOS, H. da S. (1929) “Importância cultural do café nas ilhas de Cabo Verde” in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano 5, nº 51, pp. 50-66
- SERRANO, M. D. M. et al. s/d. *Antropologia de la Nutrición*, Madrid, Noesis.
- SILVA, J. D. 1942. “A arborização de Cabo Verde” in *O Mundo Português*, Vol. LX, nº 108, pp.
- Silvestre, M. A. (1950) “ Aspetos do problema da alimentação humana em meios coloniais” in *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, suplemento, Vol. VII, pp. 19-48.
- SOUSA, A. J. da S.T.de. 1949“ A Saúde Publica: alimentação racional para o Cabo-verdiano de origem humilde” in *Cabo Verde*, Ano I, nº 15-16, pp. 9-12.
- 1957.“A alimentação nas Ilhas de Cabo Verde”, in *Cabo Verde*, Ano VIII, nº 92,pp. 3-10
- TEIXEIRA, S. e GRANDAUX BARBOSA .1958. “A agricultura do arquipélago de Cabo Verde” in *Memória*, nº 2, Lisboa: J.I.U, pp. 11-79

Documentos oficiais

Relatório do Governo-geral da Província de Cabo Verde apresentado pelo Governador Caetano Alexandre de Almeida Albuquerque de 1872 a 1874, apresentado às Cortes na Sessão Legislativa de 1875.

Relatórios do Governo-geral da Província de Cabo Verde apresentados pelo Governador António do Nascimento Pereira Sampaio, referidos ao Ano de 1878. Imprensa Nacional, Lisboa, 1879.

Relatório do Governo-geral da Província de Cabo Verde apresentado pelo Governador João Pais de Vasconcellos em 1881/82. Imprensa Nacional, Lisboa, 1883.

Relatório do Governo Geral da Província de Cabo Verde apresentado pelo Governador José Guedes Brandão de Mello em 1890 . Imprensa Nacional, Lisboa, 1891

Relatório do Governo-geral da Província de Cabo Verde apresentado pelo Governador João Cesário de Lacerda em 1898. Imprensa Nacional, Lisboa, 1901.

Relatórios referentes ao Ano de 1916 apresentados pelos chefes de serviços e outros funcionários do Governo da Província de Cabo Verde. Praia, Imprensa Nacional, 1917.